

ARTIGO DOSSIÊ

ESCREVER A HISTÓRIA DO *IPHAN*: DISPUTAS PELA MEMÓRIA, PROBLEMAS PARA A HISTÓRIA

WRITE THE STORY OF *IPHAN*: DISPUTES FOR MEMORY, PROBLEMS FOR HISTORY

DIOGO DE SOUZA BRITO*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a construção de uma história oficial para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dando destaque aos diferentes documentos que formam as camadas de uma narrativa que polarizou a trajetória da instituição entre dois momentos, a fase heroica e a fase moderna, e entre dois personagens Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Tal interpretação, incontornável *lugar de memória* para a historiografia do patrimônio cultural no Brasil, se impõe como um importante problema epistemológico para os novos estudos voltados para a reflexão das práticas patrimonializadoras no país.

PALAVRAS-CHAVE: IPHAN; patrimônio cultural; história; memória.

ABSTRACT

This article aims to analyze the construction of an official history for the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), highlighting the different documents that form the layers of a narrative that polarized the trajectory of the institution between two moments, the heroic phase and the modern phase, and between two characters Rodrigo Melo Franco de Andrade and Aloísio Magalhães. Such an interpretation, an inescapable place of memory for the historiography of cultural heritage in Brazil, imposes itself as an important epistemological problem for the new studies focused on the reflection of patrimonialising practices in the country.

KEYWORDS: IPHAN; cultural heritage; history; memory.

É um livre-pensar, pensando sempre na ideia maior que é a de operacionalizar a determinação de mudar.¹ Foi nesses termos que Aloísio Magalhães, então diretor-geral do IPHAN, convidou a equipe técnica da instituição a refletir sobre o documento final do *Seminário IPHAN/CNRC/PCH* realizado em Brasília entre os dias 11 e 14 de junho de 1979. O objetivo desse encontro era discutir a reformulação institucional que estava em curso com vistas a construir diretrizes que orientassem um caminho comum a ser seguido pelos técnicos das três casas que seriam unificadas. Dentre os diferentes e provocadores pontos de vista elaborados sobre o seminário, um será aqui destacado. O autor da missiva era José Laurênio de Melo, poeta e tradutor, amigo próximo de Aloísio Magalhães, que foi incorporado aos quadros do IPHAN com a função ser o responsável pelo setor de comunicação. Em suas observações, Melo deu destaque a dois problemas vivenciados pelo órgão em plena reformulação conceitual e administrativa.

A primeira questão levantada pelo assistente se referia à conceituação de *bem cultural*, segundo ele, alvo de indagações frontais no relatório: o que é, como identificar e porque razão preservar os “bens culturais? No meu entender”, avaliava Melo,

esse questionamento é tanto mais válido e pertinente quanto se inscreve por inteiro no próprio cerne da reconhecida e proclamada necessidade de redimensionar o arcabouço estrutural e o modelo de atuação do IPHAN. Reflete o afã natural de configurar o objeto mesmo da ação empreendida pelos participantes, principalmente num momento de transição como o que vive o órgão, quando todos são chamados a reavaliar o trabalho já realizado e projetar o futuro. Em outras palavras, é a própria instituição que se interroga sobre os fundamentos e

o alcance de suas atividades, propondo que se busque estabelecer um conceito de bem cultural que de sentido e homogeneidade a suas ações.²

Nesse diagnóstico, o primeiro aspecto a ser destacado é a maneira incisiva como o período é tratado como um momento de *transição* no qual a reavaliação do passado deveria levar à projeção de um futuro diferente. Assim, pensando com Koselleck, este seria um caso em que do questionamento do *espaço de experiência* dependia a possibilidade de abertura de um novo *horizonte de expectativa*³. Então, por meio dessa *tensão* entre a experiência passada e a expectativa de futuro, Melo nos revela como, no âmbito institucional, estava emergindo uma temporalidade, na qual o passado não era mais capaz de orientar a projeção de um novo futuro. Pelo menos, não sem uma *reavaliação*. Notamos ainda nessas palavras, mistura de diagnóstico e projeção das mudanças, que, para Melo, a reformulação ideológica e administrativa do órgão estava necessariamente condicionada a uma clara conceituação do que seriam os *bens culturais*, não somente porque ela delimitava o campo e o objeto da ação institucional, mas porque tocava, de maneira mais profunda, na própria redefinição da identidade institucional. Assim, tal conceituação deveria ser amplamente difundida dentro e fora da instituição. Com essa afirmação, Melo alcançava o segundo problema por ele detectado: o *isolamento e incomunicabilidade do órgão*. Fato apontado quase como um consenso entre os participantes do seminário, segundo Melo, seria “urgente atalhar os efeitos dessa situação antes que o torpor, o desânimo, a indiferença venha a paralisar uma parte dos quadros da instituição”⁴.

Então, por mais que um projeto estivesse em construção, o futuro era experimentado como uma incerteza.

Realizado o diagnóstico, Melo passava à delimitação de uma estratégia de ação: criar um *documento-base das ações do Iphan* – um texto a respeito do significado do conceito de *bem cultural* e do papel do IPHAN na proteção dos mesmos. Esse projeto de conceituação e legitimação da nova política institucional por meio da noção de *bem cultural* seria efetivado pela redação de uma versão oficial da história da instituição, o texto defendido por Melo como *documento-base* da política institucional.

Então, em 1979, momento da reforma administrativa do IPHAN que resultou na criação da SPHAN/Pró-Memória (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória) avaliava-se que reforma institucional requeria uma delicada operação de reformulação da memória que abriria em torno de si, um período de intensas incertezas. Naquele momento, o controle da memória se revelava uma arma fundamental nas disputas pelo controle do poder institucional. A solução adotada foi, então, reescrever a história oficial em busca de novas bases de fortalecimento da identidade institucional. Assim, os procedimentos de *gestão da memória* seriam uma estratégia fundamental de legitimação do poder⁵. Entretanto, para edificar essa nova narrativa, várias camadas da memória institucional seriam mobilizadas para, então, serem adaptadas, distorcidas, apagadas. Neste momento haveria uma mudança no significado histórico do passado institucional. Não se tratava mais de buscar nas mesmas ideias e personagens do passado as respostas para os desafios do presente. Seletiva como toda construção da memória, nesta, pensamentos antes

marginalizados ganhariam centralidade, personagens antes apagados emergiriam no panteão de heróis institucionais – outros seriam negados, esquecidos. Para o grupo a partir de então dominante, o passado não era mais um modelo a ser reproduzido, mas poderia ser um repositório de possibilidades, experimentadas ou não. Tal como se referiu Hartog, à propósito de outro contexto,

esse passado a reabrir, que não era nem linear nem unívoco, era um passado que se fazia reconhecer como um campo onde se entrecruzavam passados que haviam sido, por um tempo, futuros possíveis: alguns haviam começado a ser, outros foram impedidos.⁶

Dentre esses futuros do passado, alguns seriam estrategicamente revisitados e, então, a renovação seria, tal como aponta Hobsbawm, “disfarçada como retorno ou descoberta de alguma parte do passado erroneamente esquecida ou abandonada”⁷. Mário de Andrade seria o designado para o papel de herói indevidamente marginalizado e cimento da nova identidade preservacionista. Com ele, pretendia-se usar o passado à favor da construção das bases históricas do novo projeto – filiar o presente ao passado para projetar o futuro, mas travestindo as mudanças com as vestes da continuidade.

Mas é preciso acrescentar que essa operação não se deu sem ambiguidades: havia uma tentativa de se criar uma imagem de renovação e, a um só tempo, legitimar a fase anterior evitando-se criar um corte na identidade institucional. Daí a necessidade de realizar um delicado equilíbrio entre o reconhecimento às conquistas anteriores, o elogio aos pontos úteis para o novo projeto e a crítica aos aspectos a serem superados. Rupturas. Permanências.

Assim, o tema desse artigo será o processo de construção de uma história oficial do IPHAN, narrada no livro *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*⁸, obra canônica que foi transformada em um incontornável *lugar de memória* da historiografia sobre o patrimônio cultural no país. Ao atentarmos para a intensa necessidade de memória que caracteriza o período, nosso primeiro objetivo será identificar com melhor nitidez desde que momento esses atores do campo patrimonial passaram a registrar a experiência de estarem vivenciando um tempo de mudanças. Nesse sentido, o ano de 1979 (com a mudança na direção do órgão, sua reforma administrativa e a reformulação da memória oficial) não será entendido como o ponto de partida desse processo, mas como o acontecimento mais traumático de uma série de eventos iniciados ainda em fins da década de 1960. Nesse sentido, as mobilizações da memória e da identidade institucional, estratégias de um refinado programa intelectual, devem ser entendidas como um efeito e uma tentativa de reação⁹ a uma crise institucional que, por sua vez, é a expressão mais visível dessa tentativa maior de reestruturação de todo um modelo de preservação concebido essencialmente nos anos 1930. Ingressar nessa investigação pelas trilhas da memória permitirá ainda melhor compreender quando e como foi *inventada* a tradição que se tornaria hegemônica, de pensar a trajetória da instituição polarizada entre dois momentos, a *fase heroica* e a *fase moderna*, e dois personagens, Rodrigo de M. F. de Andrade e Aloísio Magalhães.¹⁰ Essa poderosa representação, repleta de esquecimentos e silêncios, que seria adotada pela historiografia e deixaria, por anos a fio, a *história, cativa da memória*.¹¹ Resta, porém, uma última consideração. Se a criação de uma

nova narrativa sobre a trajetória da instituição exigiria a apropriação, adaptação e sobreposição de várias camadas de memórias formuladas em diferentes contextos, o percurso metodológico adotado foi o de visitarmos, primeiramente, essas memórias fundadoras e, somente em um segundo momento, analisarmos sua reapropriação nos anos 1980.

Memória fundadora

Se buscamos a gênese da narrativa da história oficial publicada pela instituição em 1980, é chegada a hora de nos perguntarmos: quais as fontes que permitiram que essa empresa fosse levada adiante de forma tão segura? Com a resposta a essa questão encontramos a primeira narrativa que seria apropriada para a construção do novo discurso. Seu autor? Rodrigo Melo Franco de Andrade. A obra? *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*.¹²

O texto foi publicado em 1952, dezesseis anos após a fundação do SPHAN e devido ao seu programa narrativo pode ser entendido como a primeira versão oficial da memória institucional. Não seria inútil recordar que esse livro passou, desde então, a ser uma peça fundamental para justificar a necessidade da intervenção do Estado para evitar a presumida deterioração física e o extravio de objetos formadores de um patrimônio reclamado como nacional, por meio de uma instituição e legislação criadas especificamente para este fim. Seu desafio era, para além da apresentação do órgão ao público especializado, fazer da oportunidade uma arma na legitimação de seus critérios de seleção e de seus métodos de proteção, conservação e restauro. Apesar de não ter

sido uma obra de grande circulação, a importância maior do livro está vinculada à apropriação e reprodução de grande parte das representações nele urdidas pelas interpretações sobre a trajetória institucional que o sucederia.

Dito isso, é preciso também levar em conta que da vasta possibilidade de caminhos para percorrer essa trajetória optou-se, nessa narrativa memorial, por privilegiar uma *história da legislação*.¹³ Mas o que significava esta opção? Primeiramente, somos inclinados a pensar que, ao apreciar a construção da legislação, Andrade visava ressaltar e valorizar o seu próprio papel na consolidação desse projeto. Sem mencionar seu nome uma vez sequer ao longo de todo o texto, Andrade sai dele com a imagem fortalecida e com um papel de destaque: o intelectual de vanguarda, herdeiro e continuador da obra de todos aqueles que anteriormente dedicaram esforços à causa preservacionista, competente legislador capaz de articular uma demanda que há décadas mobilizava setores da sociedade brasileira. Ao construir sua identidade intelectual, Andrade justificará suas ações consolidando a imagem da vocação para o trabalho no serviço público em defesa dos interesses coletivos da nação.

Em segundo lugar, sua opção também dizia sobre sua concepção de *patrimônio histórico e artístico nacional* e de como ele deveria ser preservado. O implícito de sua argumentação é que, o PHAN, mais do que presumido, era uma essência, e por isso faltava apenas uma legislação para reificá-lo. Discutir os critérios que levaram a seleção desses bens parecia desnecessário, pois a nação era imanente a eles. Assim, sua argumentação apresentava o campo da preservação como uma atividade puramente técnica e não como um projeto político do

Estado na área da cultura. A ação estatal seria, assim, uma resposta à histórica demanda da sociedade brasileira pela preservação dos monumentos nacionais. Esse era seu argumento de legitimidade: agia-se segundo os interesses da nação.

Se a alma da argumentação do texto de Rodrigo de Andrade está na reflexão feita sobre a legislação, ele não poderia nela chegar sem construir as bases históricas sobre a qual ela deveria se assentar. De tal forma, com vistas a conferir profundidade temporal a sua narrativa, o acontecimento fundador da preservação do patrimônio nacional foi identificado ainda no período colonial¹⁴ onde Andrade identificou o prenúncio do argumento do *interesse público* (futuramente mobilizado para justificar a intervenção nos bens privados para efeito de tombamento) e da restrição de uso dos bens de interesse nacional. Ao ler suas fontes de acordo com suas necessidades no presente, ressaltando a *atualidade* e a *inteligência* dessas primeiras ações, Andrade buscava na história exemplos a serem seguidos nos anos 1950. Assim, mesmo as memórias mais remotas de sua argumentação eram mobilizadas e organizadas para responder a questões de seu tempo. E assim também seria no tocante à análise da trajetória da legislação.

Ao longo das páginas de seu texto tudo seria minuciosamente organizado para culminar na criação do SPHAN e na promulgação do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Após um rápido apontamento das poucas iniciativas identificadas no período Imperial, Andrade deu um salto sobre as primeiras décadas da República, para se deter aos detalhes das tentativas de criação de um texto legislativo, a partir da década de 1920. Nesse sentido é digna de nota a quantidade de

iniciativas voltadas à preservação do patrimônio nacional surgidas no ambiente nacionalista dos anos 20, no qual o projeto de construção da nação teve como marca o retorno ao passado na busca das raízes brasileiras. Seu objetivo era demonstrar em quais pontos as novas legislações avançavam em relação às anteriores, criando a imagem de uma série evolutiva que culminaria no D-L nº 25/1937. No entanto, a avaliação de Rodrigo de Andrade, não apresentava uma imagem totalmente positiva dessas iniciativas, pois elas sempre guardariam alguma limitação. Ao se colocar, nos anos 1950, como o continuador de uma demanda nacional que remontava aos anos 1920, Andrade jogava de forma ambígua entre as similaridades e as diferenças entre o seu projeto e o de seus antecessores, para não ofuscar os méritos e o projeto de consolidação do D-L nº 25/1937.¹⁵ Mas de fato, muitos dos elementos do D-L nº 25/1937 foram apropriados das concepções anteriores.

Assim, para o autor, se a ideia de “organizar e instituir” uma instituição “eficaz” para a proteção do patrimônio já andava “bastante amadurecida”, coube à Gustavo Capanema iniciar os estudos para a redação de um projeto de lei e de organização de um órgão federal com essa atribuição. Para tanto, em 1936, Gustavo Capanema teria convidado, Mário de Andrade, à época Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, para a redação desse estudo.¹⁶ De acordo com Rodrigo M. F. de Andrade, o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade para a organização do *Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*, serviu como base para a redação do projeto de lei que seria posteriormente aprovado, mas não foi integralmente seguido, pois Mário de Andrade, além de não apresentar um projeto de lei, propôs uma

organização técnica e administrativa considerada impraticável. Obtida a autorização, segundo Rodrigo de Andrade, “assim foi que, decorridos apenas três meses da instalação do Serviço, o respectivo diretor”, ou seja, ele próprio, apresentou a Capanema o anteprojeto de lei, datado de 23 de junho de 1936.¹⁷

Nesse contexto é que Andrade se refere à Carta Constitucional de 1937, do Estado Novo, como o texto mais vigoroso no tocante à defesa do patrimônio, visto que essa atribuição seria agora uma tarefa da *Nação*, passando a fazer parte do projeto de construção do Estado Nacional, tal como observado no texto legal.¹⁸ A substituição da expressão *União*, presente na Carta de 1934, por *Nação*, na Carta de 1937, deixava ver a importância que o patrimônio assumiria na construção da representação de uma *cultura nacional*. No entanto, é instigante o fato da imagem de Getúlio Vargas ser quase completamente apagada do texto de Andrade. Em contraposição a esse ocultamento de Getúlio Vargas, será construída a imagem de uma ação heroica e corajosa de Gustavo Capanema em benefício da preservação dos bens de interesse nacional.¹⁹ Então, seria a partir dessa suposta ação enérgica do ministro Capanema, “no dia 30 de novembro de 1937, finalmente, foi promulgado o decreto-lei nº 25, organizando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”²⁰. Nesse contexto, para ressaltar a importância da criação do SPHAN, Rodrigo de Andrade não utilizou letras suas. Para isso se acudiu nas palavras que Ministro Gustavo Capanema dirigiu ao Presidente Getúlio Vargas. Nelas é que é explicitado o projeto de legitimação da ação estatal no domínio da conservação patrimonial. Ao oferecer o *remédio* eficaz para o descaso tanto dos proprietários sem escrúpulos

quanto do poder público inerte, o texto apresenta um Estado interventor que agiria de forma racionalizada a serviço do interesse coletivo. Dessa forma, a tarefa de proteger o “patrimônio histórico e artístico nacional” é capturada pelo Estado e a imagem de uma histórica mobilização social e coletiva (ainda que elitizada) é utilizada no argumento oficial, não para dividir responsabilidades com a sociedade, mas para legitimar a atuação exclusiva e centralizada do Estado por meio de seu braço institucional competente. A criação do Spphan foi, assim, apresentada como uma fusão entre um projeto de Estado e o interesse social, no qual o primeiro atuava para defender um interesse comum a todos os membros da nação. Se as iniciativas anteriores eram “insatisfatórias”, a partir de então haveria um “aparelho de alcance nacional” e uma legislação que permitiria uma “proteção vigilante, segura e esclarecida”²¹: o SPHAN e o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Assim, por meio do *discurso legal*, de acordo com as palavras de Chuva, “o Estado se auto atribuiu o papel de agente da memória da nação, detentor da tutela do patrimônio histórico e artístico nacional”²².

Encerrada sua história da legislação, Andrade passou, nos dois capítulos seguintes, à apresentação do sistema inaugurado dando destaque às dificuldades e as ameaças a sua consolidação. Seu objetivo era defender o sistema vigente por meio da criação de imagens que reforçassem a legitimidade e a eficiência das ações institucionais e de seu principal instrumento de intervenção, o D-L nº 25/1937. Então, de forma drástica, criou a imagem de uma instituição abandonada à própria sorte com “dependências insuficientes”, funcionários em número inferior ao necessário, sem meios de transporte para os trabalhos

externos, com recursos orçamentários insignificantes.²³ Ainda assim, uma instituição que fazia muito com pouco, como cuidar da preservação das *idades-monumentos*, elaborar e publicar estudos “com critério e métodos adequados” sobre a história das artes plásticas no Brasil, além de realizar tarefas exteriores a sua alçada, como a organização do *salão oficial de belas artes*.²⁴

Nessa obra, aparentemente despretensiosa, Rodrigo de Andrade consolidou uma maneira de ver o trabalho da instituição que ajudou a criar e apagar as várias disputas travadas com diferentes atores da cena preservacionista de seu tempo. Conseguiu apagar também as disputas internas ao seu próprio grupo de colaboradores. Andrade foi um grande criador de mitos para o SPHAN. Não somente no tocante à imagem de legislação forte e eficiente forjada para o Decreto-lei nº 25/1937. Também a imagem do trabalho técnico criterioso, a erudição de seus interlocutores, a qualidade das reflexões produzidas e publicadas pela repartição, a amplitude do trabalho feito com poucos recursos humanos, técnicos e financeiros, são obra do engenho do notório diretor da repartição. A imagem do trabalho “heroico” da instituição foi deixada pronta por Andrade. Restava apenas ser sacralizada. Para isso tinha seus discípulos e admiradores. Se ele lançou as sementes dessa memória, ela seria cultivada (e utilizada) por seus seguidores. Estes é que adjetivariam o período de sua gestão como “heroico”.

O retorno a esses fatos pode, à princípio, parecer um desvio da trilha principal, no entanto, não será enfadonho, mas sim instigante, perceber cada vez com maior nitidez como a sobreposição de diferentes camadas de memórias oficiais compõem a base de uma identidade

institucional sobre a qual se apoiam as ações e os discursos sobre a prática preservacionista do órgão.

Memória celebrada

Vimos em páginas anteriores que Rodrigo de Andrade havia deixado a seus colaboradores indícios sobre como gostaria que seu trabalho fosse visto e avaliado. Ora, podemos apontar que o processo de canonização de Rodrigo de Andrade foi aberto, em 1969, com o livro coletivo *A lição de Rodrigo*²⁵ e concluído, em 1977, com o artigo de Luis Saia, *Até os 35 anos, a fase heroica*.²⁶ No entanto, apesar do breve intervalo que separam essas memórias, cada uma revela formas diferentes de lidar com o passado. Então, nesse período de transformações e reformulações institucionais, o primeiro texto falaria sobre as permanências, a *lição* a ser seguida. O segundo, sem renegar a herança recebida do passado, versaria sobre a necessidade das mudanças.

O livro *A lição de Rodrigo* foi uma produção concebida por Ayrton de Carvalho, então diretor do 1º Distrito da DPHAN com sede na cidade de Recife. Dois fatos parecem ter servido de pretexto para a homenagem: a passagem do 70º aniversário de Rodrigo de Andrade (1968), bem como sua aposentadoria (1967). No entanto, com o falecimento de Rodrigo de Andrade (maio de 1969), o que seria uma homenagem em vida converteu-se numa homenagem póstuma, numa “prosopopéia memorial”²⁷, culto à memória de um personagem desaparecido, profícua ferramenta dos “jogos identários”, como nos esclarece Candau.²⁸ Nesse contexto, se o objetivo declarado do livro era prestar um tributo a Rodrigo Melo Franco de Andrade, temos como

Projeto História, São Paulo, v. 61, pp. 182-216, Jan-Abr, 2018.

hipótese que essa comemoração representava de forma mais profunda a manifestação de um acontecimento memorial voltado à reorganização e à consolidação da identidade de seu grupo de colaboradores e da própria instituição em um momento que se insinuava como o de um ciclo que chegava ao fim. Assim, as comemorações buscam mobilizar as memórias para, por meio de sua organização e unificação, construir diferentes formas de sentimentos de permanência e pertencimento, de acordo com os interesses dos grupos que a mobilizam²⁹. Ao criar para o evento ou personagem comemorado a representação de uma permanência e de uma unidade o grupo almejava que essa mesma imagem incidisse sobre si. Assim, a questão identitária que perpassa a comemoração da aposentadoria e falecimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade era a seguinte: por onde e como caminhar sem o antigo líder e principal ideólogo? Ao se colocarem como “porta-vozes” dos feitos e do legado deixado por Andrade, esse grupo de “amigos” do patrimônio construiu para o personagem celebrado uma representação marcada pela unidade e coerência, imagem esta que o grupo não deixava de requerer para si e para a instituição, numa tentativa de consolidar uma “imaginada” coesão em torno do projeto preservacionista que seria continuado.

A justificativa para a homenagem pode ser encontrada, dentre outros, no texto de Alceu Amoroso Lima, para quem tal comemoração pretendia saldar uma dívida da sociedade brasileira com Rodrigo de Andrade, pois ele era

... o maior defensor de nosso passado estético (...) nome nacional e internacional símbolo da resistência ao furor iconoclasta e de mau gosto estético que o século XIX legara ao século XX e contra os quais travou uma batalha que, por ser incruenta, não foi

menos heróica e memorável, digna da gratidão imorredoura de todas as nossas gerações futuras.³⁰

É nesses termos que Abgar Renault identifica nas origens familiares de Andrade a base dos princípios morais exemplares e as heranças espirituais que seriam posteriormente colocados à serviço da “causa pública”³¹. Assim, as adjetivações substituiriam toda e qualquer análise e seria nesse tom que tais princípios morais seriam transferidos para a representação de sua carreira profissional. Sua vida seria apresentada como uma verdadeira “lição de espírito público”³² devido ao “zelo e dedicação à causa pública”³³, nunca buscando benefícios pessoais e sempre trabalhando para o interesse coletivo. Mas Andrade era apresentado como um “modelo” para a vida pública brasileira não somente por suas virtudes morais, mas por seu “sacrifício” em nome da instituição que comandava. Na imagem criada por seus amigos, Andrade “tudo sacrificou” em nome do SPHAN, tanto as carreiras profissionais mais promissoras quanto a vida pessoal e sua saúde³⁴. Outra observação parece evidente: além da construção da imagem da dedicação que beirava o martírio, uma preocupação dos porta-vozes dessa representação era desvincular o projeto preservacionista de suas filiações políticas. A preservação do patrimônio nacional era compreendida, por esses autores, como um trabalho acima da política. Para Alceu Amoroso Lima, Rodrigo de Andrade seria “o único legado perfeito do Estado Novo. Desligado de qualquer compromisso político, apesar de mineiro de quatro costados”³⁵.

Lucio Costa, um dos grandes ideólogos da instituição, habilidoso com as palavras e criador de imagens textuais poderosas, sintetizou a imagem de herói nacional que construíam para o homenageado:

Dedicou à tarefa a sua preciosa experiência de advogado e assessor, a sua acuidade e vocação de crítico, a sua apurada sensibilidade e o seu talento de escritor. Enclausurou-se no seu vasto domínio e enfrentou com destemor e cordura os percalços da nova situação. Dia após dia, durante trinta anos, a sua vida foi uma luta contínua contra o desinteresse, o preconceito, a má fé; luta contra o primarismo predatório, pior ainda que a deterioração imposta pelo abandono e a intempérie; luta judicial contra os interesses contrariados, luta administrativa pela defesa e obtenção das minguadas verbas sempre retidas; luta contra o tempo, a distancia, a incúria. Aferrado ao trabalho, inventariou, catalogou, documentou, divulgou; descobriu os fios da meada, enxotou as bruxas, deu nome a quem não tinha; consolidou, restaurou, fez renascer a beleza encoberta e a palavra soterrada nos arquivos, criou museus. Mas a recuperação de monumentos é um esforço de Sísifo: os usuários desinteressam-se pela conservação das benfeitorias, quando não as desfazem ou mutilam. A lonjura, a falta de recursos e de pessoal qualificado no local dificultam uma fiscalização efetiva. Cinco ou dez anos depois o estado ruinoso reflui. É fácil, pois, ao viajante, criticar a inoperância e o abandono; contudo, se ainda pode ver, bem ou mal, tanta coisa, ele o deve a esse homem incansável que deu tudo de si à tarefa que lhe foi confiada³⁶.

A essa altura, tal imagem de heroísmo já tão insinuada, alcança sua plenitude. Assim, teria realizado diversos “milagres” em benefício do patrimônio nacional e como portador de tantos atributos tornou-se um “mentor”³⁷ de seu grupo. Andrade teria ainda feito do SPHAN uma

“escola”³⁸ e se tornou um “exemplo” contagiante a ser seguido por todos os seus colaboradores³⁹.

Mas os textos pareciam não falar exclusivamente de Rodrigo, pois a imagem do “*mestre*” constantemente se refletia na de seus discípulos.⁴⁰ Se o mestre possuía qualificações inquestionáveis para a tarefa, seus discípulos não eram diferentes, pois a tarefa

exigia simultaneamente uma metodologia nova baseada na seriedade do trabalho (...) e uma sensibilidade moderna, caldeada pelos homens da Semana de 1922 e seus epígonos imediatos.⁴¹

É nesse aspecto que a narrativa coletiva lança uma ponte entre três imagens que a memória institucional defenderia e disseminaria ao longo dos anos: sua origem no seio do movimento modernista brasileiro, a composição de um corpo técnico altamente qualificado e a existência de um elevado padrão científico dos estudos e procedimentos técnicos da instituição. Esta era, para o grupo, a *mística* ou o *espírito* criado por Andrade em torno da SPHAN: deixar de “constituir serviço burocrático, para tornar-se e manter-se em um extraordinário instrumento de atividade criadora”⁴². Assim, a consequência da junção entre a herança modernista do projeto e o perfil intelectual do capacitado corpo técnico representavam a consolidação de uma metodologia de trabalho guiada pela “luz científica”⁴³ que resultaram em estudos, publicações e procedimentos técnicos que alcançaram, por sua qualidade, reconhecimento nacional e internacional. Era a representação da cientificidade do SPHAN, construída por Rodrigo de Andrade,⁴⁴ que se reafirmava.

Ao longo da obra, dentre todas as imagens lançadas e reforçadas sobre o diretor e sua repartição, o da cientificidade e competência técnica sempre estiveram entre os mais recorrentes. Talvez porque num momento marcado por transformações, esses fossem considerados os pontos de força nos quais a instituição deveria se apoiar para enfrentar os novos tempos. Nesse contexto é que a transformação de Rodrigo de Andrade em um exemplo a ser seguido não deixava de ser uma forma de reafirmar valores coletivos compartilhados. Em meio a um quadro vivenciado como de transformações, a experiência da ação heroica em benefício do patrimônio nacional era o fator de integração que deveria orientar a busca de soluções para as dificuldades da instituição. Se a instituição se veria confrontada por novos desafios, o olhar voltado à experiência passada não levava ao rompimento com as práticas consolidadas, mas tão somente a uma nova projeção das expectativas.

Mas há outra avaliação sobre o momento e mesmo que ela reforçasse a tradição de ver o período anterior como “heroico”, ela traria em seu bojo o argumento de que as ações passadas não eram mais modelos a serem integralmente seguidos, mas práticas que careciam de aperfeiçoamentos e adaptações. A maneira tradicional de se apropriar do legado institucional se transforma. Não deve ser outra a forma de entendermos o conteúdo do testemunho de Luis Saia intitulado *Até os 35 anos, a Fase Heroica*.⁴⁵ Este texto foi escrito em 1972, no momento das comemorações do trigésimo quinto aniversário do IPHAN, mas publicado somente em 1977 em um dossiê que comemorava os 40 anos da instituição. Sua contribuição maior à essa representação não foi no

conteúdo, mas na sua delimitação e exposição: foi Saia quem cravou no título de seu artigo a expressão *Fase Heroica*.

Embora Saia, então diretor da regional do IPHAN em São Paulo, não professasse um corte com as diretrizes traçadas na “fase heroica”, para ele tal perspectiva de atuação estava sendo superada e isso exigia da instituição um novo modelo de ação que permitisse sistematizar e aprofundar os resultados anteriores. Várias eram as novas experiências que levavam a reformulação de seu *horizonte de expectativa*: uma compreensão sobre a necessidade da participação de diferentes instâncias do poder público nas políticas de preservação, a possibilidade de recursos financeiros para o setor, as primeiras iniciativas regionais voltadas para a restauração de obras, a realização de inventários de bens culturais, os estudos para a realização de obras e a elaboração de planos diretores, a participação social como forma de integração dos bens, a criação do Programa de Cidades Históricas.⁴⁶

Mas apesar de sua simpatia pelas mudanças, as mesmas ações que por um lado simbolizavam um horizonte de fortalecimento institucional, por outro eram o próprio questionamento do modelo tradicional. É explícito seu acerto de contas com o legado institucional ao longo do texto. Por traz de seu tom otimista está a constatação de que o SPHAN que ajudou a construir era “ingênuo” e estava sendo “superado”. Esse futuro experimentado como esperança e ameaça, bem como as limitações da experiência passada, podem ser visualizadas em suas expectativas com relação ao surgimento do Programa Cidades Históricas: qual o exemplo passado que poderia servir de referência a um projeto de preservação que, vinculando aos ideais desenvolvimentistas, pretendia

sustentar um sistema de geração de renda na região nordeste por meio do turismo cultural? Por isso, se a experiência não oferecia as respostas o sistema deveria ser aperfeiçoado.

Então, essa abertura das expectativas colocava problemas que exigiam novas soluções. De resto, ressaltamos que Luis Saia vislumbrava o campo preservacionista em 1972 inserido em um quadro de mudanças apresentadas como positivas. E ainda que não tenha se referido a Renato Soeiro, então diretor do IPHAN, como o responsável por essas mudanças, era durante sua gestão que elas estavam ocorrendo. Nesse sentido, tanto as memórias registradas em *A lição de Rodrigo* quanto o testemunho de Luis Saia são aqui entendidos como reflexões que tentavam entender o momento presente para preparar uma transição equilibrada em direção às mudanças.

Para finalizar, devemos registrar que essas narrativas de celebração da “fase heroica”, com tudo o que nelas há de pertinente e de exagerado, foram muito eficientes na consolidação da imagem que se propôs edificar. Assim, o mais surpreendente em seu poder de perpetuação talvez não seja sua constante reiteração na memória oficial – alicerce de sustentação da identidade institucional –, mas, sobretudo, sua força para impor-se sobre a historiografia acadêmica que também aceitaria e propagaria essa tradição personalista de análise: tudo o que foi feito na (e pela) instituição até 1967, seria tributado às virtudes pessoais de Rodrigo de Andrade condutor desse empreendimento heroico. Na sequência, veremos como mobilizados pelas disputas internas na instituição, novos atores em busca de legitimidade, se veriam forçados a

inventar uma nova fase, conduzida por um novo líder: a *fase moderna*, inteiramente atribuída a Aloísio Magalhães.

Memória apropriada

Em 1980 foi editada a obra que, a partir de então, se tornaria um cânone para tudo o que seria dito ou escrito sobre a experiência da política brasileira de preservação do patrimônio cultural. O livro recebeu o título *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*.⁴⁷ Esta era a primeira vez que a instituição assinava e publicava uma narrativa sobre sua história. Narrativa seletiva. História decretada: essencialista, reificadora. Tão duradoura quanto ambígua. História oficial. Não é pretensioso identificarmos este texto como sendo aquele proposto por José Laurênio de Melo para servir de *documento-base* das ações institucionais, tal como expusemos na abertura deste artigo. A autoria do texto foi atribuída à SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA.

Para narrar essa trajetória, o conteúdo do livro foi organizado em cinco capítulos: *Antecedentes*; *SPHAN: o início da proteção*; *PCH: novos recursos, revitalização de conjuntos e integração comunitária*; *CNRC: a dinâmica cultural*; e *SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA: a fusão*. Tal como nos indicam a escolha dos temas e a sua organização, tudo confluía para uma questão daquele presente histórico, a saber: a operação tratada pelo livro como *fusão* entre o IPHAN, o PCH e o CNRC que resultou na criação da SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. A “trajetória” relatada era a das três experiências que se encontravam para, supostamente, inaugurar não apenas um novo órgão, mas um novo momento da prática institucional.

Assim, a publicação possuía um importante papel na estratégia de consolidação do projeto institucional em andamento. Dirimir conflitos. Contornar resistências e oposições. Agregar adeptos. Buscar adesões. Fazer com que os antigos funcionários da casa e os que chegavam naquele momento se sentissem pertencentes a um projeto comum. Por meio de uma memória a ser partilhada visava-se que outros valores, objetivos, ideais e metas fossem também compartilhados. Organizar esse inesperado encontro entre diferentes gerações. Buscava-se ainda legitimar a reformulação do órgão estatal junto à sociedade e aos setores da preservação externos a instituição. Eis sua função. Tal como nos esclarece Pollak, as “rearrumações” da memória ganham relevância, sobretudo, em momentos de crise.⁴⁸ Nestes períodos tenta-se consolidar a identidade (por mais flexível e permeável que possa ser essa consolidação). Assim, buscava-se construir uma nova identidade assumida por todos. Diferente da anterior, mas se apropriando e remodelando muito de seus elementos.

O capítulo intitulado *Antecedentes* é dedicado à catalogação das experiências que, pretensamente, representariam as primeiras iniciativas voltadas para a preservação de *monumentos históricos* no país, indo do período colonial até a Revolução de 1930. A redação desse capítulo segue, integralmente, a narrativa de Rodrigo de Andrade em seu livro *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Seu objetivo era dar profundidade histórica à narrativa e criar a imagem de um contexto em que a criação do serviço federal de preservação respondia a uma *demandada amadurecida* desde tempos imemoriais pela sociedade brasileira. Chegamos, então, ao segundo capítulo da obra intitulado *SPHAN: o*

início da proteção.⁴⁹ Por sua vez, este capítulo está dividido em quatro partes: *A luta pela criação* se refere às ações do ministro Gustavo Capanema em favor da criação do órgão; *Outros textos legislativos* trata da legislação posterior ao Decreto-lei nº 25 de 1937 que complementava ou alterava os seus dispositivos; *A fase heroica*, faz uma síntese do período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da repartição (1936-1967); e, finalmente, *A segunda fase*, relata as ações realizadas durante a gestão do arquiteto Renato Soeiro (1967-67).

Dois pontos de apropriação e distorção fundamentais a esse novo projeto memorial merecem atenção: o destaque atribuído ao papel de Mário de Andrade na criação do SPHAN e a representação criada para o período da gestão de Renato Soeiro na instituição. Primeira distorção. Ainda que as memórias redigidas por Rodrigo M. F. de Andrade continuem compondo o cerne desse novo discurso, passagens seriam distorcidas, desfocadas, silenciadas e negligenciadas em favor da construção de uma representação positiva e de maior destaque para Mário de Andrade. De acordo com esta nova formulação, Mário de Andrade teria uma importância igual ou mesmo superior à de Rodrigo M. F. de Andrade na criação da SPHAN.

E se conferimos atenção a essa passagem, aparentemente efêmera, é porque com o tempo ela se revelaria um dos pontos mais contestados dessa nova versão da memória oficial. Apesar da atuação de Rodrigo de Andrade não ser questionada, os antigos técnicos da casa não aceitariam a nova centralidade conferida a Mário de Andrade: nesse novo contexto, a invocação de sua imagem e a de seu anteprojeto representariam uma oposição simbólica e teórica ao pensamento

consolidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. No entanto, o fato é que este capítulo não foi elaborado para questionar sua gestão, mas sim para legitimá-la, sendo esses conflitos em torno das memórias institucionais um dos sintomas das intensas disputas travadas no cotidiano institucional a partir da reformulação administrativa de 1979. Tanto é assim que o livro *Proteção e revitalização...* foi fundamental para canonizar uma das mais poderosas imagens sobre a trajetória institucional do SPHAN: a representação do período em que Rodrigo M. F. de Andrade esteve à frente do órgão como a *fase heroica*. É esse o título do tópico que tratara da atuação de Rodrigo de Andrade na direção do SPHAN. A intenção de construir uma visão equilibrada que garantisse uma estabilidade mínima ao ambiente de reformulação institucional não visava somente alcançar a adesão dos técnicos da casa, mas também não fragilizar a parte da herança recebida da antiga repartição vista como ainda útil ao novo projeto preservacionista⁵⁰.

Segunda distorção. Muito nos dirá sobre essas disputas travadas pelo domínio da memória a maneira como a gestão de Renato Soeiro à frente do IPHAN seria nesta obra retratada. De início, dois aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, a gestão de Soeiro é suprimida do período heroico. Em segundo lugar, o Programa integrado de reconstrução das cidades históricas do Nordeste (PCH) seria completamente desvinculado de sua gestão. Os anos entre 1967 e 1979, em que a instituição esteve sob o comando de Renato Soeiro, foram definidos pela história oficial como *A segunda fase*.⁵¹ Nesse momento a instituição passaria, de acordo com a narrativa, por mudanças tanto

administrativas quanto no tocante à sua “orientação de trabalho”, no entanto, essas transformações não seriam

suficientes para que os empreendimentos de vulto que o trabalho em cidades ou conjuntos de interesse exigia, surgindo daí o Programa de Cidades Históricas, que abre uma nova etapa na trajetória da proteção e revitalização do bem cultural no Brasil.⁵²

Dessa forma, a imagem final que recairia sobre o trabalho de Soeiro não levava a uma avaliação positiva. De um lado, as ações tomadas não eram da altura dos desafios impostos; de outro, o Programa Cidades Históricas, que solucionaria partes dos problemas, seria apresentado como uma iniciativa isolada do complexo quadro de mudanças administrativas e técnicas que se processavam durante sua gestão. Nesse sentido, parece evidente que a chamada *segunda fase* tenha sido criada para estar de fora da *fase heroica* e ao mesmo tempo não fazer parte de uma nova etapa que estaria prestes a surgir.

Mas qual seria o interesse por trás desse estratagema? A nosso ver trava-se de uma instrumentalização da memória de caráter político capaz de nos informar sobre as disputas que ocorriam no momento em que a memória oficial era reescrita: fragilizar a imagem de Renato Soeiro servia à legitimação do novo projeto institucional que se iniciaria com a criação da SPHAN/Pró-Memória, em 1979, ao dar um salto sobre todos os conflitos que envolveram a sucessão de Renato Soeiro por Aloísio Magalhães. Isso porque, com a demissão de Soeiro, Magalhães se tornaria, em 42 anos de funcionamento da instituição, o terceiro diretor-geral e o único não oriundo de seu quadro técnico. E, em uma repartição com o quadro técnico formado quase exclusivamente por discípulos do

grupo fundador, a demissão do último remanescente da primeira equipe técnica do órgão seria sentida como uma intervenção profunda, gerando um ambiente de insegurança quanto aos novos rumos do destino institucional. Mas não só isso. A incorporação de uma nova geração de técnicos provenientes do CNRC e do PCH aos quadros do IPHAN representava uma aceleração no ritmo das mudanças, pela qual os antigos técnicos da casa não esperavam. A chegada de Aloísio Magalhães era, então, um acontecimento que extrapolava o horizonte de expectativas desse grupo. Se no equilíbrio entre as experiências e as expectativas estava contida a capacidade de absorver as mudanças de maneira menos traumática, podemos concluir que os eventos transcorridos no ano de 1979, representam a perda de controle sobre esse equilíbrio. O ano de 1979 seria sentido como o ponto mais alto dessa crise: Aloísio Magalhães e a SPHAN/Pró-Memória pareciam representar uma mudança sem transição. Mas este apagamento é uma estratégia política também no sentido de desvincular o projeto, que nascia no bojo dos discursos sobre a abertura política, de um nome que foi um importante gestor cultural do MEC num dos momentos mais violentos e repressores da ditadura militar. Renato Soeiro, não herdou de Rodrigo de Andrade apenas o cargo de diretor da DPHAN, mas também o seu acento no Conselho Federal de Cultura.⁵³ Assim, a imagem de desprestígio e inoperância criadas em torno de Soeiro, não poderia ser analisada de outra perspectiva: suas ações no plano administrativo e, mais ainda, suas filiações institucionais e políticas pareciam não se conjugar com a projeção do desenho de uma nova política de preservação que defendia a participação social como forma de democratização da cultura.

No entanto, mais do que um ambiente de mudanças radicais, o que observamos nos não-ditos desse discurso é um quadro de permanências. Tratava-se mesmo de uma operação delicada a busca de um ponto de equilíbrio entre as continuidades e as mudanças, pois eram muitas as variantes a se considerar. Do ponto de vista da concepção ideológica do projeto, as intervenções em curso na instituição dependiam de uma retórica da mudança, sobretudo em dois aspectos: tanto para sua viabilização junto aos comandantes da alta burocracia estatal, quanto para sua apresentação à opinião pública. Do ponto de vista interno ao IPHAN, a intervenção não deveria ser vista como uma ruptura para não impedir a adesão dos antigos funcionários. Finalmente, do ponto de vista operacional, os princípios de preservação que teriam continuidade não deveriam ser fragilizados, visto que seriam embalados em um novo discurso. Nesse sentido, é que o novo discurso sempre se posicionará sobre a *fase heroica* de uma maneira ambígua, adotando uma retórica cambaleante entre a crítica contumaz e a legitimação à contragosto.

Em resposta a esses jogos de imagens é que serão escritos os três últimos capítulos do livro *Proteção e revitalização...*. Neles as distorções, descontextualizações e mesmo o fortalecimento de acontecimentos específicos, forjariam a representação do nascimento de um momento inovador, um tempo de abertura para um novo futuro: a SPHAN/Pró-Memória.

O Programa de Cidades Históricas seria apresentado com maiores detalhes no capítulo *PCH: novos recursos, revitalização de conjuntos e integração comunitária*.⁵⁴ Nele, as premissas, objetivos e evolução administrativa do PCH seriam selecionadas sempre de modo a dar

destaque àqueles aspectos que permitissem sua filiação ao discurso institucional emergente. Não nos deve escapar que os aspectos destacados logo seriam descontextualizados e essa imagem da evolução qualitativa do PCH atingiria seu auge, não enquanto um programa isolado, mas sim a partir de sua integração ao IPHAN e, posteriormente, à SPHAN/Pró-Memória.⁵⁵ É certo que para a finalidade a que se propunha, a narrativa não realizaria uma avaliação crítica dos resultados alcançados pelo PCH, nem mesmo dos objetivos mais profundos do governo militar com sua criação e expansão.⁵⁶

A trajetória do *Centro Nacional de Referência Cultural* seria descrita no capítulo *CNRC: a dinâmica cultural*. Mas antes que tal trajetória fosse apresentada, os primeiros momentos do texto seriam destinados a esclarecer o leitor sobre como o caminho do CNRC, harmoniosamente, se encontraria com o do IPHAN. Ou seja, nesses primeiros parágrafos o olhar do leitor seria conduzido a observar o CNRC dentro dessa trajetória linear da preservação que se narrava. Para conseguir esse efeito as concepções do CNRC seriam associadas de um lado, ao pensamento patrimonialista de Mário de Andrade, expresso no anteprojeto de criação da SPHAN, e de outro, à filosofia de trabalho do PCH.

Mário de Andrade servia a este fim, pois, segundo o livro, sua conceituação dos bens culturais seria muito mais ampla do que a introduzida na legislação de 1937, o que terminou por restringir a atuação do órgão à um grupo específico de bens, os *monumentos de pedra e cal*. De outra perspectiva, o CNRC estaria sintonizado com a preocupação do PCH de “reinscrição dos bens recuperados no contexto sócio-econômico e cultural das comunidades a que pertencem por meio

de seu uso como elemento dinâmico de uma ativa e presente trajetória histórica”⁵⁷. Assim, insinuava a narrativa, seria lógico que um dia esses três caminhos se encontrassem. Nesse encontro, marco de um novo momento institucional, cada lado ofereceria suas virtudes: o IPHAN, a visão ampliada de bem cultural expressa em seu documento fundador; o PCH, a preocupação com uso dos monumentos e sua inserção nos contextos locais; o CNRC, sua metodologia de *referenciamento da dinâmica cultural* capaz de fazer a relação entre os monumentos, sua história e os sentidos que eles assumem em suas *comunidades*.

A definitiva consolidação da imagem do surgimento de uma nova fase da trajetória institucional seria estabelecida em seu último capítulo: *SPHAN/ Pró-Memória: a fusão*. Nele a reforma administrativa do IPHAN seria apresentada como um *marco* para as políticas de preservação no país, uma vez que permitiria ao órgão sair da “virtual situação de inviabilidade em que se encontrava”⁵⁸. Conceitualmente, o elemento “catalisador dessas transformações” seria o surgimento de um conceito de *bem cultural* mais *inclusivo* do que o que imperava até o início dos anos 1970. Pois ainda que o conceito que dera origem ao IPHAN fosse “bastante abrangente, as condições concretas do momento” a desviariam dos rumos traçados no anteprojeto de Mário de Andrade. Um lugar comum no discurso institucional seria a partir daí: “estimular de maneira generalizada a solicitude comunitária para com um patrimônio que pertence a todos”⁵⁹. O patrimônio deveria também se democratizar. Ora, o grande paradoxo dessas transformações era que, no Brasil, elas se davam em pleno regime militar.

No entanto, há um importante detalhe a se observar nessa elaborada narrativa: ao se referir à criação da SPHAN/Pró-Memória, o livro não narra acontecimentos transcorridos, mas um presente de mudanças em busca de um futuro diferente para as práticas institucionais. Nesse sentido é que descortinamos a grande insídia preparada por essa nova narrativa da história oficial: abordar as possibilidades futuras como se fossem fatos consolidados. Mas se no plano discursivo as dificuldades poderiam ser maquiadas, na prática, um imponente obstáculo continuava erguido diante dessa belíssima representação da reformulação institucionais: consolidar seu funcionamento. Destarte, somente no fim da obra – e de passagem – o narrador dessa saga deixaria transparecer os porquês do tom conciliador adotado ao longo de todo o texto: o temor de que o projeto do sistema SPHAN/Pró-Memória se perdesse em meio a resistências, conflitos e boicotes praticados entre os membros dos três grupos que foram reunidos sob seu teto. Três gerações: cada uma com suas experiências e expectativas. Senão, vejamos:

trata-se, este, de um processo que deve ter fundamento no passado das três áreas agora integradas, evitando-se cuidadosamente, entretanto, o mero prosseguimento de atividades diferentes.⁶⁰

Neste ponto a narrativa nos sugere a leitura de um anexo, o de número 30. Trata-se da reprodução da entrevista de Irapoan Cavalcanti de Lira, então assessor da direção geral da SPHAN, originalmente publicada no *Boletim da SPHAN/Pró-Memória*.⁶¹ O conteúdo da entrevista era todo voltado a informar o público do *Boletim* e agora do livro, sobre as opções realizadas na condução da reformulação administrativa da

instituição, os próximos passos a serem dados para sua operacionalização e as dificuldades que vinham sendo enfrentadas. Ali, o papel do livro na mobilização da memória para a consolidação de uma nova identidade saltava aos olhos desde o título: *SPHAN/Pró-memória: mudança sem perda de identidade*.⁶²

Está claro, então, a função projetiva dessa história oficial na intenção de reformar e reforçar a identidade institucional. A obra não narra uma única memória existente e aceita por todos, mas se apropriava de várias memórias para criar outra com o objetivo de forjar um sentimento de pertencimento que ainda não existia. Ela também não narra uma história já transcorrida, mas tentava projetar os seus desdobramentos futuros. Uma imagem exemplar construída antecipadamente na tentativa de operacionalizar um futuro institucional também previamente projetado. No entanto, apesar de se vislumbrar um porvir diferente e melhor do que o passado, para alcançá-lo não seria suficiente seguir marchando em linha reta. O caminho que se colocava era repleto de obstáculos. A expectativa da modernização vivia um estado de ameaça constante. O futuro que se almeja era uma incerteza e deveria ser construído dia a dia.

Notas

* Doutor em História Social – FFLCH/USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4357-7251>

¹ Doc.: Correspondência da Direção-geral do IPHAN aos participantes do *Seminário IPHAN/CNRC/PCH*. AA02/M006/P04/ Cx.0013/084/ P.0051 – Arquivo Central IPHAN / Rio de Janeiro.

² Correspondência de José Laurênio de Melo a Aloísio Magalhães. AA02/M006/P04/ Cx.0013/084/ P.0051 – Arquivo Central IPHAN / Rio de Janeiro.

³ Sobre os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, ver: KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006, pp. 309-314.

⁴ Correspondência de José Laurênio de Melo a Aloísio Magalhães. AA02/M006/P04/Cx.0013/084/ P.0051 – Arquivo Central IPHAN / Rio de Janeiro.

⁵ POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 13.

⁶ HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 188.

⁷ HOBSBAWM, 1998, p. 24.

⁸ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: SPHAN, 1980.

⁹ Devemos esse enfoque à leitura de Hartog que, ao analisar as *demandas de memória* da sociedade francesa, problematizou a projeto de Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, como sendo a um só tempo diagnóstico, expressão e resposta à uma crise contemporânea da relação com o tempo. HARTOG, 2013, p. 186.

¹⁰ No campo acadêmico tal leitura foi canonizada pelas seguintes obras: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002; FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 2005.

¹¹ MENESES, A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n° 34 [9-24], 1992.

¹² ANDRADE, R. de M. F. **Brasil**: monumentos históricos e arqueológicos. México – DF: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.

¹³ Para uma análise crítica da constituição da legislação federal de preservação do patrimônio no país, ver: CHUVA, M. A proteção institucionalizada. In: **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, pp. 141-187.

¹⁴ ANDRADE, 1952, p. 11.

¹⁵ Sobre o projeto de formulação, consolidação e defesa do D-L n° 25/1937, ver: SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995, pp. 79-115.

¹⁶ ANDRADE, 1952, pp. 53-54.

¹⁷ ANDRADE, 1952, p. 55.

¹⁸ ANDRADE, 1952, p.58.

¹⁹ ANDRADE, 1952, p. 58.

²⁰ ANDRADE, 1952, p. 60.

²¹ ANDRADE, 1952, p. 59.

²² CHUVA, 2009, p. 173.

²³ ANDRADE, 1952, pp. 97-101.

²⁴ ANDRADE, 1952, pp. 98-99.

²⁵ VÁRIOS AUTORES. **A lição de Rodrigo**. Recife: Amigos da DPHAN, 1969.

-
- ²⁶ SAIA, L. Até os 35 anos, a fase heroica. **CJ arquitetura**: revista de arquitetura planejamento e construção, Rio de Janeiro, ano 5, n.17, p.16-21, 1977.
- ²⁷ CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 143.
- ²⁸ Op. cit., p. 143.
- ²⁹ Op. cit., p. 147.
- ³⁰ LIMA, A. A. **O nosso Rodrigo**. VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 17.
- ³¹ RENAULT, A. Perfil moral e intelectual do administrador Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 3.
- ³² LACOMBE, A. J. O funcionário público Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 21.
- ³³ COSTA, L. A Lição de Rodrigo. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 1.
- ³⁴ DANTAS, P. [Prudente de Moraes Neto]. A lição de Rodrigo. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 90 e 91.; VIANA, H. R In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 45.
- ³⁵ LIMA, A. A. O nosso Rodrigo. VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 18.
- ³⁶ COSTA, L. A Lição de Rodrigo. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 1-2.
- ³⁷ CAPANEMA, G. Rodrigo, espelho de critério. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 42.
- ³⁸ MACHADO, L. G. Arte – Rodrigo M. F. de Andrade. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 62.
- ³⁹ JARDIM, L. O exemplo. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 67.
- ⁴⁰ DELGADO, L. O mestre e o discípulo. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 69-71.
- ⁴¹ BARATA, M. Exemplaridade de uma ação. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 78.
- ⁴² REIS, A. C. F. Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 122. Esse mesmo aspecto era o que Pedro Dantas chamou de *espírito do Serviço*
- ⁴³ DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 90.
- ⁴⁴ CARDOZO, J. Rodrigo M. F. de Andrade e sua obra. In: VÁRIOS AUTORES, 1969, p. 51.
- ⁴⁵ ANDRADE, R. M. F. de. Programa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 1, 1937.
- ⁴⁶ SAIA, L. Até os 35 anos, a Fase Heróica. **CJ arquitetura**: revista de arquitetura planejamento e construção, Rio de Janeiro, ano 5, n. 17, pp. 16-21, 1977.
- ⁴⁷ SAIA, 1977, p. 20.
- ⁴⁸ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: SPHAN, 1980.
- ⁴⁹ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- ⁵⁰ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, pp. 19-33.
- ⁵¹ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 29.
- ⁵² SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, Proteção e revitalização..., 1980, p. 31.
- ⁵³ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 33.
- ⁵⁴ Sobre a participação de Renato Soeiro no Conselho Federal de Cultura e na direção do Departamento de Assuntos Culturais, ver: MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional**: o conselho federal de cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Iluminuras, 2012, pp. 88-106.
- ⁵⁵ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, Proteção e revitalização..., 1980, pp. 35-39.
- ⁵⁶ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 39.

⁵⁶ Sobre o PCH, ver: SANNT'ANNA, 1995, pp. 151-187.

⁵⁷ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 43.

⁵⁸ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, *Proteção e revitalização...*, 1980, p. 51.

⁵⁹ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 53.

⁶⁰ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 56.

⁶¹ O *Boletim* também teria um papel fundamental na consolidação da imagem do novo projeto. A prática do *jornalismo patrimonial* cumpriria a função de divulgar as ações realizadas pela instituição e ao mesmo tempo relacioná-las com o discurso institucional.

⁶² SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 187; SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**. Brasília, maio-junho, 1980, pp. 11-12.